

Como convencer o FMI do aumento na folha salarial?

Além do acordo com os políticos para viabilizar a aprovação de uma nova política salarial pelo Congresso, a área econômica do governo enfrenta um outro problema igualmente difícil: convencer o Fundo Monetário Internacional de que deve aceitar um reajuste na folha salarial global de 87,5%, ou seja, 7,5 pontos percentuais acima do limite anterior de 80%.

Logo após a reunião no Palácio do Planalto, o ministro Murilo Macedo, do Trabalho, comentou:

— Foi uma tourada. Cabe ao Delfim a tarefa mais árdua de explicar para a comunidade financeira internacional que o novo decreto-lei salarial representa o máximo que a sociedade brasileira poderia suportar.

O ministro, que previu "sérias dificuldades" com os credores externos se o Congresso não aprovar o novo decreto, explicou que, após dezenas de cálculos e do exame de numerosas hipóteses, "prevaleceu o entendimento de que era necessário aumentar o bolo, porque o problema era o seu tamanho e não a distribuição das fatias".

Segundo o ministro, enquanto o 2.064 se preocupou em dar mais para quem ganha menos, o novo decreto beneficiará também a classe média, que "já está bastante sacrificada pelos impostos".

Macedo contou que "o bolo foi crescendo aos poucos" e chegou a 87,5% do INPC, isto é, a folha salarial do País poderá crescer mais 7,5% pelo novo decreto. Acrescentou que todos os participantes da reunião "saíram felizes no final".

— Foi a melhor solução para os trabalhadores e para a sociedade, a melhor solução política para ser negociada no Congresso, e, o que é também importante, a que melhor atendeu à comunidade financeira internacional.

O ministro previu ainda que o Decreto-Lei nº 2.064, que não chegou a ser lido no Congresso, deverá ser arquivado.

Estratégia

O chefe da Assessoria Econô-

mica do Ministério do Planejamento, Akihiro Ikeda, disse que o governo ainda não pensou numa estratégia para convencer os técnicos do Fundo de que devem aceitar o Decreto-Lei nº 2.065, mas outra fonte qualificada da Seplan, que não quis ser identificada, afirmou que o governo vai partir de um fato inarredável: esta foi a única fórmula capaz de viabilizar a aprovação de uma política salarial pela Congresso.

Essa fonte sugeriu que um dos caminhos desta estratégia de negociação com o Fundo Monetário seria por uma espécie de barganha: o FMI flexibilizaria sua posição em relação ao limite de reajuste dos salários e em troca receberia a aprovação pelo Congresso, vale dizer, pela representação política da sociedade, do programa de reajuste da economia, até então encarado como um projeto imposto pelo Executivo.

De acordo com o informante, se o PDS fechar questão em favor do Decreto-Lei nº 2.064, com as modificações ontem introduzidas por pressão da liderança do partido, não será difícil arregimentar, entre as agremiações oposicionistas, os votos necessários à composição da maioria da Câmara. Lembrou a fonte que os partidos da oposição ainda não fecharam questão contra o 2.064, deixando a porta aberta à negociação.

A expectativa da Seplan é que o 2.065 comece a ser votado na semana de 7 a 11 de novembro, com o tempo suficiente para que, uma semana mais tarde, dia 17, quando o board do FMI estiver reunido, a nova política salarial e o ajuste da política tributária estejam transformados em lei.

A Seplan não indicou quando o FMI será consultado para as explicações do governo a respeito das alterações salariais, mas é provável que o próprio ministro do Planejamento, Delfim Neto, telefone ao diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière, comunicando a decisão tomada em conjunto pelo Executivo e pela liderança do PDS.